

**39° ENCONTRO ANUAL DA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**GT 26- O PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO:
LEGADO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

O desenvolvimento latino-americano e as relações com a China

**Wagner Iglecias
(Universidade de Sao Paulo)**

CAXAMBU, 2015

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é discutir, muito brevemente, a crescente importância da China no desenvolvimento econômico da América Latina nas duas últimas décadas, e especular sobre as possibilidades de que nossos países possam estabelecer estratégias de inserção internacional que nos permitam escapar do perfil recorrente de exportadores de bens primários, como acontece desde a época dos movimentos de independência, no início do século XIX, em suas relações com as grandes potências e com os centros mais dinâmicos da economia mundial. Não é preciso se estender muito na discussão, aliás, sobre o papel que a América Latina historicamente teve a partir de sua inserção na economia mundial e na divisão internacional do trabalho desde a sua capitulação diante das potências colonizadoras européias, ainda em princípios do século XVI.

Com vistas a contribuir à reflexão deste grupo de trabalho, o presente texto tenta trazer à baila a discussão sobre os enormes desafios que se colocam à nossa região na atualidade, diante do peso econômico da China no mundo e da crescente dependência econômica dos nossos países em relação à potência asiática neste início de século.

Em outros termos, este texto visa especular se estamos realmente caminhando para a construção de um padrão de relacionamento, no caso específico desta maior aproximação com a China, que configure relações Sul-Sul, pautadas em relações econômicas tão simétricas quanto possível e que, para além da retórica dos corpos diplomáticos de nossos países, signifiquem ganhos reais para ambas as partes, ou se estamos reeditando os velhos padrões hierárquicos de liderança, por um lado, e subalternidade, por outro, que caracterizaram historicamente as relações econômicas Norte-Sul, especialmente aquelas entre a América Latina e a Europa e a América Latina e os EUA. Para isto o texto apresenta dados sobre a sequência histórica do comércio e dos fluxos de investimento entre China e América Latina e busca, a partir da discussão destes, refletir sobre o tipo de relacionamento que está sendo construído.

Nos últimos vinte anos mudanças significativas têm ocorrido no comércio bilateral entre China e América Latina, ocasionando uma (re)configuração das importações e exportações do continente. Além de sua crescente presença no comércio exterior latino-americano, a China tem sido responsável também por vultosos aportes de capital em

infra-estrutura e inúmeros setores da economia latino-americana no período, através da conformação de diversas associações produtivas. Ambos os movimentos têm sido responsáveis pela geração de mudanças significativas nas economias da região.

O pano de fundo de todas estas iniciativas guarda relação direta com a estratégia chinesa de abertura e crescente integração à economia mundial iniciada no final dos anos 1970. Aquela estratégia tem por objetivo, no caso do estreitamento de laços com regiões como a América Latina, o maior acesso às fontes de recursos naturais como petróleo e minerais, bem como a produtos agrícolas destinados a abastecer o crescente mercado interno chinês.

Ainda que a maioria dos países do continente ainda não sejam mercados de consumo relevantes para as exportações chinesas, a América Latina surge também como um destino potencialmente promissor para os produtos fabricados naquele país. Marcado pelo pragmatismo extremo em suas relações com a região, a potência asiática já é o principal sócio comercial de Brasil e Chile, o segundo de Argentina, México, Venezuela e Peru (Cordeiro; Santillán, 2014) e destino essencial para as exportações de Colômbia, Bolívia, Equador e Uruguai, entre outros.

A presença chinesa na América Latina é criticada pela tendência que promove de reforço à primarização de nossas economias e crescentes déficits comerciais, pelo motivo de que os produtos básicos exportados por nossos países não têm uma evolução de preços no mercado mundial na mesma proporção que os bens manufaturados fabricados pela China, cada vez com maior valor agregado e cada vez mais presentes nos mercados domésticos latino-americanos.

Outro tema muito controverso na relação entre a potência oriental e a América Latina são os acordos bilaterais promovidos por cada um de nossos países com Beijing, ao mesmo tempo em que iniciativas de integração regional como o Mercosul enfrentam obstáculos para avançar. Estudos recentes e dados oficiais dos governos latino-americanos têm indicado que países como o Brasil, por exemplo, têm perdido participação no mercado dos países vizinhos, principalmente devido à competição com as importações provenientes da China. (Elson, 2014).

Para além dos temas destacados acima, a presença chinesa no continente tem o potencial de ameaçar, a médio e longo prazos, os interesses econômicos dos EUA na região, bem como o projeto latente, e jamais abandonado, da criação de uma área de livre comércio das Américas sob a liderança de Washington.

Estes e outros temas serão tratados na sequência, com o presente texto dividido em três brevíssimas seções. Na primeira discutiremos as mudanças, ocorridas nas últimas décadas, do modelo de desenvolvimento chinês, com impactos sobre a sua inserção na economia mundial e a sua diplomacia. Na segunda abordaremos o lugar da América Latina dentro desta nova forma de inserção da China no mundo. E na terceira discutiremos em que medida a integração econômica crescente entre as duas regiões pode, ou não, reforçar o velho padrão de desenvolvimento e de inserção mundial latino-americano, notadamente caracterizado pela exportação de capital para países mais desenvolvidos.

O MODELO CHINÊS RECENTE DE DESENVOLVIMENTO E INSERÇÃO MUNDIAL

A China reconfigurou sua inserção mundial e seu modelo de desenvolvimento a partir da sucessão de Mao Tsé-Tung (1893-1976) e o início do governo de Deng Xiaopong, no final da década de 1970. O país mantém o que chama de perfil baixo nas relações internacionais. Ou seja, busca presença crescente e constante em todas as principais arenas decisórias estratégicas da ordem internacional, sem no entanto tentar tensionar esta ordem. Não objetiva imiscuir-se em assuntos políticos internos de seus parceiros e foca-se, pragmaticamente, na potencialização das relações econômicas que possam lhe conferir cada vez maior protagonismo no cenário mundial. Conforme assinalam Acioly, Pinto e Cintra, “nas últimas três décadas, a China apresentou uma elevada taxa de crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) (10% entre 1980 e 2010) e um crescimento significativo do PIB per capita (em preço corrente) que saltou de US\$ 205,1 em 1980 para US\$ 4.282,9 em 2010.” Ainda segundo os autores, é esse dinamismo que alimenta a ascensão chinesa para ocupar, cada vez mais, posições centrais na economia mundial (Acioly; Cintra; Pinto, 2011).

Naquele sentido, a presença política da China no mundo, especial nas arenas multilaterais de decisão, seria mais a consequência de sua ascensão econômica e a

penetração de seus interesses comerciais nos mais diversos países do que o contrário. Ao que tudo indica, no caso do modelo de desenvolvimento chinês, é a estratégia de integração econômica do país no mundo que determina seus movimentos políticos no cenário internacional e não propriamente seus movimentos políticos que resultam na sua maior presença econômica do país mundo afora.

Para dar o extraordinário salto econômico observado desde fins da década de 1970 e início dos anos 1980 até os dias de hoje, a China adotou a estratégia de progressivamente abrir-se à economia mundial. Abundância de mão-de-obra e baixíssimo custo laboral foram os fatores primordiais para atrair o capital estrangeiro. Parcerias entre o Estado e empresas do exterior permitiram ao longo dos anos que o país incorporasse tecnologias e técnicas de gestão, para então finalmente conformar-se num país com suas próprias multinacionais e enorme peso no comércio mundial.

A estratégia de busca, em qualquer parte do mundo, de recursos necessários à segurança energética e alimentar do país tem presidido sua estratégia de inserção internacional. As reservas acumuladas devido ao enorme crescimento chinês propiciam a continuidade de um círculo virtuoso, pelo qual o país se lançou, sobretudo neste século, a fazer vultosos investimentos em todo o mundo. Aos países já industrializados a China direciona recursos voltados à inovação tecnológica, enquanto aos demais países busca garantir acesso às fontes de recursos energéticos e naturais.

Como destacam Rosales e Kuwayama, “En los últimos años, China ha acrecentado considerablemente su peso en la economía mundial. En términos del PIB medido a precios corrientes, la economía china se convirtió en la segunda del mundo en 2010, después de los Estados Unidos, y logró superar al Japón, Alemania, el Reino Unido y Francia. Si la medición del PIB se hace en moneda de paridad de poder adquisitivo (PPA), el país también aparece como la segunda economía mundial detrás de los Estados Unidos. La economía china representa más de un 8,6% y un 12,6% del PIB mundial en 2009, en términos de precios corrientes y de PPA, respectivamente. China ocupa la mitad del tamaño del PIB combinado de los cuatro países denominados BRIC (el Brasil, la Federación de Rusia, la India y China). El tamaño de la economía china, de más de 5 billones de dólares, ya supera el PIB combinado de todas las economías de América Latina y el Caribe. En los últimos 30 años, China ha logrado una tasa de crecimiento

medio anual cercana a los dos dígitos. Mientras en 2009 el mundo enfrentaba la peor crisis económica en ocho décadas, la economía china continuaba creciendo a una tasa del 9,1% y el país lograba consolidar su posición como uno de los principales actores de la economía mundial y el centro de la posterior recuperación. El mantenimiento del alto crecimiento de China se debió, en gran parte, a un enorme conjunto de medidas de estímulo económico que fueron acompañadas de una formidable expansión crediticia (CEPAL, 2010a).” (Rosales; Kuwayama, 2012)

A AMÉRICA LATINA NA PERSPECTIVA DO MODELO CHINÊS

As relações entre América Latina e China, ainda que tenham sido estabelecidas desde o século XVI (rota da seda numa triangulação entre China, Filipinas e México) são relativamente recentes, se pensadas tal qual as concebemos na atualidade. Entre fins do século XIX e o início do século XX a China estabeleceu relações diplomáticas com várias nações latino-americanas, como Peru, Brasil, México, Cuba e Panamá, com o objetivo de promoção de laços comerciais e proteção a seus cidadãos que cruzavam o Pacífico para trabalhar no continente americano.

Após o isolamento internacional ao qual a potência asiática foi submetida por conta da revolução de 1949, na década de 1960 ocorreram esforços para reestabelecer as relações bilaterais, com destaque para a parceria diplomática entre Beijing e Havana. Naquela década foi criada a Associação para a Amizade entre a China e a América Latina (AACAL), com o estabelecimento de laços culturais entre Beijing e diversos países de nosso continente. As missões culturais envolviam mulheres, jovens, sindicalistas, artistas e escritores. (Shixue, 2006). É importante notar, porém, que contatos entre o Partido Comunista Chinês e diversos partidos comunistas latino-americanos já aconteciam desde os anos 1950.

Na década de 1970, quando distensionaram-se as relações entre os EUA e a China e diminuíram as pressões de Washington em relação à América Latina e suas relações com países situados fora do bloco capitalista, que houve maior aproximação entre a região e China, com visitas de altos funcionários governamentais entre os países e o restabelecimento de relações diplomáticas, abertura de embaixadas e início de vários acordos de cooperação. Papel importante cumpriu, no início dos anos 1970, o Chile de

Salvador Allende na aproximação da região com a China. Logo após a visita do ex-presidente Nixon, dos EUA, à China, reestabelecendo relações diplomáticas entre os dois países, Argentina e México seguiram o exemplo da Casa Branca e abriram embaixadas em Beijing. Dois anos depois o Brasil também reatou laços com o gigante asiático. Já na década de 1980, com as reconfigurações da geopolítica mundial e as reformas econômicas empreendidas por Beijing, normalizaram-se as relações da China com todo o continente.

A América Latina porém, ainda que seja uma parceira fundamental na provisão de bens primários à China, não situa-se no topo das prioridades do país em termos de sua diplomacia. Conforme ressaltam Cordeiro e Santillán, a partir do estudo “China Modernization Report” (2008), a América Latina não está entre as regiões do mundo mais prioritárias na política externa chinesa. A partir do modelo do pombo de asas abertas, à cabeça do mesmo situa-se a ONU, em seu corpo a Ásia, em suas asas, de um lado, a região euroasiática, onde situa-se a Europa, e de outro, a Bacia do Pacífico, onde estão os EUA, enquanto África, Oceania e América Latina aparecem somente na cauda do pombo, em posição periférica para os interesses estratégicos de Beijing. Em outros termos, poderíamos dizer que hoje a China é muito mais importante para a América Latina do que a América Latina para a China. Mas a questão é controversa.

Em discurso proferido na sede da Cepal, no Chile, em 2012, o premiê chinês Wen Jiabao delineou a estratégia chinesa para suas relações com a América Latina para os próximos anos: (a) aprofundar a cooperação estratégica entre a China e a América Latina e o Caribe com base na confiança política mútua; (b) ampliar os interesses comuns da China e da região, com ênfase na cooperação econômica e comercial; (c) salvaguardar a segurança alimentar da China por meio da cooperação agrícola com os países da região; (d) aumentar a amizade entre os povos da China e da região tendo por base o intercâmbio cultural e humano (WEN, 2012).

Ainda que mantenha laços comerciais e aportes de investimentos muito mais volumosos com outras regiões e países do mundo, como os EUA e a União Européia, no caso específico da América Latina os investimentos realizados pela China direcionam-se, sobretudo, à garantia da segurança energética e alimentar do país. Em algumas situações particulares, como no Brasil, mais industrializado, os investimentos chineses voltam-se

também para setores manufatureiros. Em todos os países onde há presença chinesa, contudo, as inversões em infra-estrutura, sobretudo destinada à facilitação logística dos fluxos de exportação de commodities, têm ocorrido. Diante de baixa capacidade de investimento e situação econômica muitas vezes precária, os países da América Latina colocam-se, em relação à China, numa situação de assimetria de expectativas: se para Beijing somos, em nossa grande maioria, somente fontes de provisão de bens primários, para nossos países a China é um grande provedor de recursos fundamentais ao nosso desenvolvimento.

É importante ressaltar que o significativo aumento da presença chinesa nas economias latino-americanas, seja no comércio bilateral, seja nos fluxos de investimento direto realizado por Beijing em diversos dos nossos países, guarda relação não somente com o crescimento chinês propriamente dito, mas também com o fracasso das políticas de matriz neoliberal introduzidas na região desde meados dos anos 1970 (Chile, Argentina), mas sobretudo nos anos 1980 (México) e sobretudo na década de 1990 (Brasil, Peru, Venezuela, Bolívia, Equador etc.). Como destaca Vadell (2011), a falência do modelo neoliberal na região é social (afinal não só não conseguiu combater a histórica desigualdade que faz da América Latina a região mais desigual do mundo, mas, pelo contrário, a aprofundou), institucional e fiscal (com a falência da capacidade de investimento por parte dos Estados) e ideacional (com a falência da utopia neoliberal na região como caminho fácil rumo ao desenvolvimento).

De fato, são sobretudo os governos que emergem na América Latina nos anos 2000, a maioria deles já liderados por forças políticas progressistas e gestados sob os escombros da utopia neoliberal, que foram colocados diante da enorme tarefa de retomar o crescimento econômico e combater as mazelas sociais. Eles encontraram na China em expansão um parceiro econômico estratégico para aquelas tarefas. Não é a toa que a partir do início dos anos 2000 vários países da região retomam o crescimento econômico, por conta, entre outros fatores, do aumento da demanda chinesa por commodities diversos produzidos pela região. E podem, com isso, financiar inclusive políticas públicas destinadas a atender as demandas de grande parte da sociedade, especialmente as suas parcelas mais pobres e tradicionalmente desassistidas. Não é a toa também que, a partir do suave porém persistente declínio das taxas de crescimento da economia chinesa, observadas a partir da década de 2010, nossos países passaram a enfrentar maiores

dificuldades para manter os pactos políticos e/ou os níveis de investimento em políticas sociais que lograram construir alguns anos antes.

CHINA E AMÉRICA LATINA: DOIS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO COMPLEMENTARES?

Conforme assinalamos anteriormente, o impressionante ritmo de crescimento da economia chinesa desde sua abertura em fins da década de 1970, com médias próximas a 9% ao ano, fez com que a América Latina (e também a África) surgissem no radar chinês quase que como sócios automáticos de Beijing, especialmente pela provisão dos recursos naturais e das commodities que a China necessitava para fomentar o seu crescimento e, por conta deste crescimento ele mesmo, realimentava esta demanda.

O ingresso de dezenas de milhões de chineses provenientes das áreas rurais nos círculos de classe média urbana observado nos trinta últimos anos possibilitou e foi possibilitado pelo incremento das relações bilaterais entre Beijing e a América Latina. Num futuro que não se sabe se muito próximo ou não o mercado latino-americano passará a cumprir esta mesma função, como comprador de bens industrializados chineses, que os recursos energéticos e agropecuários provenientes da América Latina têm cumprido em relação ao crescimento chinês destas últimas décadas.

De acordo com estudo da Cepal “China es la pieza clave en el proceso de diversificación de mercados para América Latina y el Caribe en la región de Asia y el Pacífico, pero el dinamismo de esta área no radica solo en China. Esta región se ha transformado en un socio comercial de gran importancia para América Latina y el Caribe, principalmente como mercado importador. En esa dinámica comercial, China desempeña un papel cada vez más relevante, tanto en las exportaciones como en las importaciones, y desplazó rápidamente al Japón como principal socio comercial en Asia y el Pacífico al inicio de la pasada década, a pesar de la leve recuperación del comercio nipón en los últimos años en el ámbito de las exportaciones.” (Rosales; Kuwayama, 2012, p. 76).

De fato, o comércio ente China e América Latina teve um salto extraordinário nos últimos anos. Passou de pouco mais de US\$ 10 bilhões em 2000 para US\$ 257 bilhões em 2013, segundo a CEPAL. Ainda de acordo com a entidade, o comércio bilateral se

multiplicou por 22 vezes naquele período, com uma taxa média de crescimento anual de 27%. Apenas a título de comparação, no mesmo período o comércio da região com o mundo cresceu apenas três vezes. Atualmente a China já é o segundo país que mais exporta para a região (16% do total), e o terceiro principal destino de suas exportações (9% do total). Além disso a América Latina também tem aumentado sua importância como sócia da China: enquanto em 2000 absorvia 3% das exportações totais da China e era a origem de 2% de suas importações, em 2013 sua participação em ambos os fluxos aumentou para 6% e 7%, respectivamente. (CEPAL, 2015).

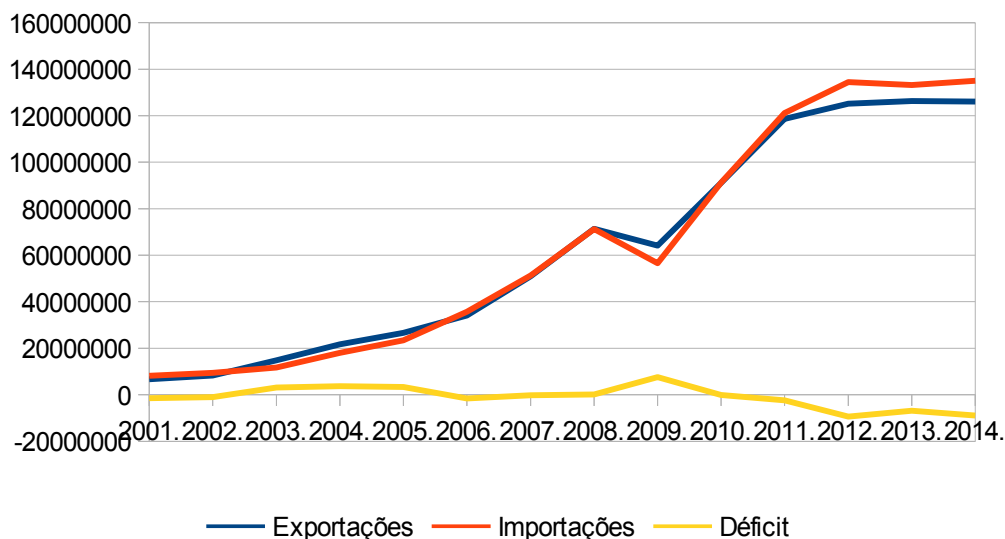
O aumento se deveu, em grande medida, às importações chinesas de petróleo à Venezuela e de soja à Argentina e ao Brasil, mas outros produtos como minerais, madeira e bens diversos a países como Chile, Cuba, Peru e Colômbia. Como ressaltam Gruss e Bastos, “o boom nos preços das commodities nos anos 2000, alimentado em grande medida pelo crescimento de dois dígitos da China, gerou ganhos de renda sem precedentes em muitos países latino-americanos. Nesse contexto, o crescimento da região saltou de uma média de 2,5% no período 1982-2002 para 4,5% no período 2003-11.” (Gruss; Bastos, 2014).

O aumento do comércio bilateral teve como motivação, ainda mais recentemente, a crescente exportação de produtos manufaturados em grande escala para o nosso continente. Por outro lado, como chama atenção o estudo da CEPAL (2015), somente cinco produtos, todos eles primários (petróleo, minério de ferro, cobre, soja e outros metais), foram responsáveis por 75% do volume financeiro relativo às exportações latino-americanas para a China em 2013. Segundo Ray e Gallagher, não se observa o mesmo nível de concentração no que diz respeito à pauta de importações de produtos chineses pelos países latino-americanos. No entanto, os cinco itens mais exportados pelo país asiático para a América Latina, perfazendo 23% do total em dólares, são equipamentos de telecomunicações, equipamentos de processamento de dados, barcos, navios e estruturas flutuantes, instrumentos óticos e derivados de petróleo (Ray; Gallagher, 2015).

O gráfico abaixo apresenta a evolução do comércio bilateral entre a América Latina e a China nos dez anos compreendidos entre 2001 e 2014, sinalizando duas tendências: os aumentos constantes dos fluxos de exportação e importação entre as duas partes, e o déficit comercial persistente que a América Latina têm em relação a Beijing, dado que as

exportações latino-americanas para a China, representadas no gráfico na cor azul, embora tenham aumentado ano a ano, não acompanharam o aumento dos fluxos de importação de produtos chineses pelos países da nossa região, representados pela linha vermelha.

Comércio Bilateral América Latina - China (em US\$ bilhões) - 2001 - 2014



Fonte: Fundo Monetário Internacional e World Economic Outlook

Poucos são, de fato, os países latino-americanos que possuem saldo comercial com a China. México, Caribe e quase toda a América Central possuem persistentes e significativos déficits comerciais com Beijing. Já com a América do Sul a situação é mais equilibrada. Porém é importante notar que tal posição deve-se somente a Brasil, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela, que possuem superávits com a China. A posição dos demais países sul-americanos, como Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador e Paraguai, também é de acúmulo de déficits comerciais com Beijing nos últimos anos. O quadro abaixo mostra o saldo de balança comercial entre a China e os principais países latino-americanos no ano de 2014. Entre os países com maiores superávits comerciais com o parceiro asiático encontram-se o Brasil (US\$ 16,7 bilhões), o Chile (US\$ 7,9 bilhões) e a Venezuela (US\$ 5,6 bilhões). Entre as nações com maiores déficits comerciais com a China encontram-se o México (US\$ 21 bilhões), o Panamá (US\$ 9,1 bilhões) e a Argentina (US\$ 2,4 bilhões).

PAÍS	SALDO (em US\$)
Argentina	-2.432.597
Bolívia	-212.223
Brasil	16.797.502
Chile	7.991.568
Colômbia	-443.863
Costa Rica	3.076.784
Cuba	-732.326
El Salvador	-591.421
Equador	-2.180.560
Guatemala	-1.815.480
Haiti	-376.481
Honduras	-524.817
México	-21.075.508
Nicarágua	-524.796
Panamá	-9.179.486
Paraguai	-1.340.562
Peru	2.066.531
Rep Dominicana	-1.000.556
Uruguai	170.734
Venezuela	5.662.991

Fonte: UN COMTRADE

A situação do México, responsável por parcela significativa do déficit comercial que a América Latina vem acumulando com Beijing, é de excepcionalidade. Como se sabe, o país tem sua economia quase que completamente atrelada ao mercado estado-unidense, e a busca por um maior comércio com a China, ainda que seja uma meta, não tem resultado num aumento significativo da participação do país asiático no comércio exterior mexicano. O país exportou em 2014 cerca de US\$ 11,1 bilhões em produtos para a China, algo como 26 vezes menos do que exportou para os EUA (US\$ 294 bilhões), ao passo em que importou dos chineses cerca de US\$ 32,2 bilhões, 7,5 vezes menos do que importou dos EUA (US\$ 240,2 bilhões). Em 2014 a China foi responsável por apenas 2,8% do volume total em dólares das exportações mexicanas. Já o Brasil, que tem o maior superávit comercial na região com o país asiático, teve nele 22,9% do volume total em dólares de suas exportações.¹

Uma breve análise da pauta de exportações da América Latina para a China nos mostra a predominância dos produtos primários, conforme já destacado anteriormente. Entre os dez itens que a região mais exportou, em dólares, para a potência asiática em 2014, apenas dois referiam-se a bens manufaturados, conforme se pode observar no

¹ Fonte: UN COMTRADE – www.comtrade.un.org

quadro abaixo. Do total exportado de US\$ 126,1 bilhões pela América Latina para a China, estes dez principais itens representaram US\$ 113 bilhões, ou 89,6% do total.

Dez principais itens exportados pela América Latina para a China – 2014

PRODUTO	VALOR (EM US\$)
Minerais	34204250
Petróleo e derivados	24739180
Soja e derivados, grãos em geral	23624496
Cobre e derivados	12942373
Equipamentos eletro-eletrônicos	7403811
Madeira e celulose	3767649
Veículos e equipamentos de transporte ferroviário	2528382
Couros e artigos de couro	1423939
Frutas	1212994
Carne e derivados	1184015
TOTAL	113031089
TOTAL EXPORTADO	126127994

Fonte: UN COMTRADE

Já a pauta de exportação chinesa para a América Latina em 2014, ao contrário, aponta para a predominância de bens industrializados, conforme sinaliza o quadro a seguir. Os dez principais itens exportados pela China para o nosso continente no ano passado totalizaram US\$ 92,1 bilhões, correspondentes a 68,2% dos US\$ 135 bilhões relativos a tudo o que nossos países compraram do parceiro asiático em 2014.

Dez principais itens exportados pela China para a América Latina - 2014

PRODUTO	VALOR (EM US\$)
Equipamentos eletro-eletrônicos	26121314
Máquinas	22040562
Veículos e equipamentos de transporte ferroviário	7270387
Produtos químicos orgânicos	4485552
Derivados de ferro e aço	4451474
Ferro e aço	5017763
Plásticos	4064694
Equipamentos óticos, médicos e de fotografia	5997999
Móveis, luminárias, artigos para construção	3847344
Artigos de vestuário	8871293
TOTAL	92168382
TOTAL EXPORTADO	135093893

Fonte: UN COMTRADE

Se o comércio apresenta números vultosos, mas muito mais favoráveis aos chineses, ao menos pode-se ressaltar a importância crescente dos fluxos de Investimento Externo Direto feitos por Beijing no continente. Até 2010 os recursos aplicados pela China na região foram relativamente limitados se comparados ao que vem ocorrendo desde então. Segundo a ONU, “embora as corporações chinesas fossem relativamente desconhecidas na América Latina até há alguns poucos anos, seus investimentos na região alcançaram uma média de US\$ 10 bilhões por ano desde 2010. Sua presença e importância econômica tornaram-se muito significativas em diversos setores da economia, mas suas motivações, estratégias e procedimentos não são ainda muito bem assimilados pelos governos, pelo mundo dos negócios e pela sociedade civil na América Latina. Assim como as empresas chinesas ainda necessitam compreender melhor o ambiente de negócios e oportunidades latino-americano”. (ONU, 2013).

Por conta da aproximação recente e dos diversos obstáculos ainda a serem superados entre China e América Latina em relação aos investimentos produtivos no continente, a região ainda recebe uma quantidade relativamente baixa, em termos percentuais, de capitais chineses na atualidade. O país responde por somente 7% dos fluxos de Investimento Externo Direto (IED) na região, ainda longe dos EUA (25%) e da União Européia (40%). Contudo, ainda que no ano de 2011 a Ásia tenha sido o destino de 71,4% dos fluxos de IED da China no exterior, a América Latina figurou como a segunda região do mundo que mais recursos recebeu da China, com 13%; porém quase 92% destes foram destinados às Ilhas Virgens Britânicas e Ilhas Cayman, e os demais 8% foram direcionados a Brasil, Peru, Venezuela e Argentina (ONU, 2013). Mineração e extração de petróleo e gás têm sido os principais setores a receber os aportes financeiros chineses. Segundo a CEPAL, entre 2010 e 2013 quase 90% dos investimentos chineses na região se dirigiram à extração de recursos naturais, ao mesmo tempo em que este setor recebeu somente 25% dos recursos investidos pelo mundo na América Latina no mesmo período. (CEPAL, 2015).

As quatro grandes empresas chinesas de produção de petróleo, China Nacional Petroleum Corporation (CNPC), China Petroleum and Chemical Corporation (Sinopec), China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e Sinochem, todas de propriedade estatal, têm realizado vultosos investimentos na América Latina, notadamente na Argentina, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru. De fato, à exceção de Bolívia e México,

as petroleiras chinesas têm operações em todos os países latino-americanos que produzem petróleo e gás. Por outro lado, em relação à mineração, os investimentos chineses estão bem mais concentrados, dirigindo-se principalmente ao Peru e em menor medida ao Brasil. No Peru as mineradoras chinesas têm comprado suas próprias jazidas, enquanto no caso brasileiro elas aparecem como participantes minoritários em sociedades com empresas locais ou de outros países. No Brasil, além disso, é crescente a presença de investimentos chineses no setor elétrico. A presença chinesa nestes setores justifica-se pela demanda que a potência asiática busca, na América Latina, por recursos naturais. Enquanto entre 2007 e 2011 o IED mundial no continente distribuíram-se entre serviços (43% do total), indústria (31%) e recursos naturais (26%), no mesmo período quase 90% dos capitais chineses que afluíram para a região destinaram-se a investimentos nas atividades econômicas ligadas a recursos naturais. Na pequena parcela do IED chinês na América Latina destinado à indústria, destacam-se a abertura de fábricas no Brasil, especialmente nos setores automotivo e de eletro-eletrônicos, voltados ao mercado local. (ONU, 2013).

O próximo passo, ao que tudo indica, em relação aos investimentos produtivos chineses na América Latina deve apontar para a diversificação. Durante o 1º Forum China – CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe), ocorrido em janeiro passado em Beijing, o governo chinês anunciou sua intenção de duplicar o comércio com a região dentro de uma década. E anunciou também a intenção de promover um grande aumento do aporte de investimentos externos diretos na América Latina nos próximos dez anos. Conforme afirma Pini, “os acordos firmados no Encontro Ministerial Celac-China apontam não somente para a intenção de dobrar o comércio bilateral – atingindo U\$ 500 bilhões – e também realizar investimentos da ordem de U\$ 250 bilhões na América Latina e Caribe nos próximos dez anos, como também apontam para a intensificação da cooperação sul-sul de Pequim com a região – em temas como segurança, comércio, finanças, tecnologias, recursos estratégicos, indústria e agricultura – formalizadas em torno do documento denominado “Plano de Cooperação para o quadriênio 2015-2019.” (Pini, 2015).

Para alguns países que enfrentam no presente momento a combinação de desaceleração do crescimento e polarização ou mesmo desestabilização política, a parceria com a China e os aportes de capital e empréstimos feitos pelo governo chinês

tem sido importantes para a manutenção de seus projetos políticos de corte progressista. Beijing tem, sobretudo nos casos destes governos, relações comerciais, financeiras e mesmo diplomáticas mais intensas do que com outros países da região situados no campo mais liberal. Os bancos públicos chineses tornaram-se, inclusive, os maiores provedores de crédito a diversos países da região. Em 2012 emprestaram a eles US\$ 3,8 bilhões. Em 2013 o valor alcançou US\$ 13,9 bilhões e chegou a US\$ 22,1 bilhões no ano passado. Trata-se de um montante superior à soma dos aportes feitos no mesmo ano na região pelo Banco Mundial e pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (Ray; Gallagher, 2015).

O caso da Venezuela parece ser o mais emblemático, como no exemplo do investimento chinês recentemente anunciado de US\$ 20 bilhões naquele país em áreas como energia, mineração, agricultura e indústria. Ou os mais de US\$ 30 bilhões de investimentos das petroleiras CNPC e Sinopec na exploração de petróleo na faixa petrolífera do Rio Orinoco, no leste do país. Mas há outros exemplos. A recente operação de crédito do Banco de Desenvolvimento da China, de US\$ 3,5 bilhões à Petrobrás no Brasil, a concessão de US\$ 5,3 bilhões em créditos ao Equador, a compra de parte da dívida pública do governo argentino e o empréstimo anunciado de US\$ 4,7 bilhões a Buenos Aires para a construção de hidroelétricas no país austral são exemplos da crescente dependência da América Latina em relação ao capital chinês.

Mais recentemente, em maio deste ano, o premiê chinês Li Keqiang anunciou investimentos da ordem de US\$ 53 bilhões no Brasil, a compra de aviões da Embraer e várias parcerias, nas áreas de agricultura, aeronáutica, aeroportos, energia, estradas, portos e siderurgia, e inclusive a construção de uma ferrovia ligando o Rio de Janeiro ao Peru, cruzando todo o território brasileiro de leste a oeste. Some-se a isso a presença de CNPC e CNOOC no consórcio vencedor do leilão do campo de Libra, maior reserva de petróleo já descoberta no Brasil. Na Argentina a China está associada à recentemente reestatizada YPF, para a exploração de petróleo de xisto proveniente dos enormes campos de Vaca Muerta. No Peru a presença chinesa mais significativa se deu na compra da enorme reserva de minas de cobre de Las Bambas, no valor de US\$ 19 bilhões.

Ray e Gallagher apontam, ainda, que o volume de investimentos chineses na região aumentou substancialmente entre 2013 e 2014, com os primeiros aportes

financeiros para a construção do Canal da Nicarágua, obra que vai unir as costas atlântica e pacífica daquele país. A China terá direito a explorar o canal por cem anos, e a posição geográfica estratégica do país centro-americano conferirá a Beijing condições extremamente benéficas para a expansão de seu comércio com as mais diversas regiões do mundo. Os autores assinalam que antes de 2010 a China jamais alcançou mais do que 10% do total do volume de investimentos externos diretos na América Latina. Já com os recursos destinados à construção do canal, a partir de 2013, o país asiático ultrapassou os 54% do total de investimentos externos realizados na América Latina naquele ano. (Ray; Gallagher, 2015).

Os fluxos de investimento realizados pela China na região têm impacto não somente econômico, mas também político. Elas têm sido objeto de críticas por parte de opositores internos a aos governos dos países beneficiados, que se vêem ameaçados, dado que estes auxílios constituem, em alguma medida, a possibilidade para que estes governos superem os momentos de crise e restaurem ou recuperem parte de sua força política. Para tais grupos de oposição a presença chinesa está ofuscando pouco a pouco os interesses de Washington na região, aos quais muitos destes setores de oposição interna aos governos mais progressistas da região são simpáticos.

Um outro aspecto delicado dos investimentos realizados nos últimos anos por Beijing em nosso continente diz respeito à questão sócio-ambiental. A CEPAL aponta que por conta da alta intensidade em produtos de indústrias extrativas, as exportações da América Latina à China geram menos empregos e maior impacto ambiental que as exportações da região ao resto do mundo, de perfil mais diversificado. Entre 2009 e 2012 as exportações da região para a China geraram entre 44 e 47 empregos por cada milhão de dólares (base ano 2002) exportado, enquanto que as exportações para o mundo geraram entre 54 e 56 empregos diretos no mesmo período. As exportações para a China geraram ainda maiores emissões de gases e consomem mais água que as exportações latino-americanas para o mundo. Este fator não é desprezível, dado que a China, contando com apenas 7% das terras agriculturáveis e 6% dos recursos hídricos do mundo, necessita alimentar 22% da população do planeta. (CEPAL, 2015).

A China converteu-se, neste século, no maior importador de commodities agrícolas do mundo. E neste sentido a América Latina participa como provedor fundamental destes

bens à potência asiática. Somados os produtos agrícolas aos bens primários oriundos da mineração e o petróleo, conclui-se que o fenomenal crescimento chinês dos últimos trinta anos, e especialmente o estreitamento de laços econômicos e comerciais com a América Latina neste século, nos coloca numa posição de crescente dependência de Beijing, reforçando o perfil de produtor e exportador de bens primários, em geral com baixo valor agregado.

É certo que a enorme demanda chinesa fez com que vários bens produzidos e exportados pelos países latino-americanos tivessem alta de preços nos mercados mundiais nos últimos anos, contribuindo com o aumento das receitas de exportação de toda a região. No entanto, o modelo de relação comercial no qual está estruturada a relação entre Beijing e os diversos países da América Latina não somente conduz a reiterados déficits comerciais para os nossos países, conforme assinalado anteriormente, como impede a formação de capital necessário para o investimento em outros ramos da atividade econômica e a conseqüente diversificação dos laços comerciais entre ambas as partes.

É correto, também, que as vultosas quantias de recursos financeiros investidos pela China em nossa região vêm atender demandas de infra-estrutura que a maioria, se não mesmo a totalidade dos nossos países e governos não teria condições de bancar. A construção de portos, ferrovias e aeroportos, e até mesmo infra-estrutura urbana com capital chinês tem sido muito importante para o desenvolvimento da região. No entanto, sabe-se bem que todo este investimento realizado por Beijing não tem outra motivação que não o barateamento dos custos logísticos relativos à produção e ao escoamento de nossos bens primários demandados pela China.

Grande parte das inversões de recursos feitas pela potência asiática no nosso continente contribuem, quase que exclusivamente, somente para reforçar nosso perfil tradicional de países primário-exportadores. A aposta da CEPAL, por exemplo, é de que nos próximos anos cresça a demanda chinesa por produtos agropecuários, e estes ganhem maior participação relativa na pauta de exportações latino-americanas para a China. Não deixa de ser um fator interessante, mas tal mudança não sana a dúvida de se poderemos, um dia, manter um outro tipo de intercâmbio comercial com a futura maior potência econômica do planeta que não aquele baseado na exportação de bens primários

e na importação de bens industrializados, resultando em recorrentes déficits comerciais e na reiteração do perfil clássico de inserção da América Latina na economia mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China tem aos poucos, acrescentado ao seu perfil de gigantesco importador de produtos básicos e exportador de manufaturas o de um mercado de consumo relativamente aberto aos bens produzidos no exterior. Trata-se, no caso, de um mercado potencial de 1,4 bilhão de consumidores, a ser conformado nas próximas décadas à medida que mais e mais chineses vão sendo incorporados à economia de mercado e aos círculos de consumo mundiais. É uma oportunidade excepcional de incremento de exportações para os países da América Latina, bem como para todo o mundo. No entanto, as relações estabelecidas tais como são hoje em dia com Beijing não parecem oferecer as condições para que este objetivo seja alcançado.

A China tem feito aproximações com nossos países com diferentes iniciativas de cooperação em distintas áreas como energia, finanças, ciência e tecnologia, indústria, agricultura, comércio, defesa etc., o que pode ajudar a desenvolver nossas capacidades produtivas e exportadoras para além das commodities tradicionais. Por outro lado a recente desaceleração de sua economia já é sentida na região, posto que vários dos nossos países são altamente dependentes da exportação de commodities e a lenta transição chinesa rumo a um outro perfil de importação certamente trará consequências negativas às economias do continente.

Em linhas bastante gerais, pode-se concluir que a China, atualmente o segundo destino mais importante para as exportações latino-americanas, dado que ultrapassou recentemente a União Européia neste quesito, tem amplas condições de fazer o mesmo com os EUA no médio prazo, ainda que a desaceleração recente de sua economia tenha diminuído, em 2014, a demanda por produtos comercializados pelos países latino-americanos. Isso, no entanto, não deverá mudar a pauta de exportações da nossa região para o parceiro asiático, ainda fortemente baseada em bens primários como minério de ferro, petróleo, cobre e soja. E tampouco reduzir a concorrência que bens industrializados produzidos pelos nossos países sofrem dos manufaturados chineses no mercado mundial.

Ainda que as relações entre ambas as partes vislumbrem um cenário aberto, com múltiplas possibilidades para o futuro, parecem ser muito maiores as chances para a manutenção e reiteração do atual perfil da nossa relação com a China, claramente marcado por uma modalidade de complementaridade econômica com perspectiva subalterna para a América Latina. Embora não seja possível, por enquanto, confirmar a hipótese de rendição de nossos governos e países ao crescente poder econômico chinês, inclusive porque há outros interesses externos presentes na América Latina e que também desejam influenciar no futuro econômico da região, os dados de comércio e investimentos atuais mostram a consolidação de uma relação de dependência do nosso continente em relação aos mercados e ao capital do grande parceiro asiático. Impossível a discussão não ser remetida, uma vez mais, às noções de subdesenvolvimento e dependência, tão frequentes nas reflexões sobre a História econômica e social da América Latina desde pelo menos os anos 1950. A CEPAL, nos dias de hoje, vê com bons olhos a parceria do continente com a China, e nela talvez finalmente a possibilidade de ruptura com a velha vocação primário-exportadora e o salto industrializador de toda a região preconizado desde aquela época.

As relações atuais da América Latina com a China, no entanto, lançam um enorme desafio para nossos líderes políticos e nossas sociedades, de forma que não se repita na região um outro longo ciclo econômico de submissão a um grande centro de poder mundial, como ocorreu com nossos países no século XIX em relação à Inglaterra e no século XX em relação aos EUA. Ao mesmo tempo, podem ser um contrapeso importante em relação à histórica dependência da América Latina em relação a Washington. Nas mesas de negociação que delinearão o lugar do nosso continente na geopolítica e na geoeconomia mundiais das próximas décadas a parceria com a China pode ser um trunfo bastante importante para a América Latina e suas relações com as demais regiões e potências mundiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Luciana; CINTRA, Marcos Antônio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. As Relações Bilaterais Brasil-China: A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2011. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_es_tudochinaipeamre.pdf. Acessado em 15/09/2015

CASS (2008). "China Modernization Report". A study on the International modernization. Disponível em: <http://www.modernization.com.cn/cmr2008%20overview.htm>. Acessado em 03/07/2015.

CEPAL (2015). America Latina y el Caribe y China. Hacia una nueva era de cooperación económica. Santiago: Naciones Unidas. Disponível em:

http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38196/S1500389_es.pdf. Acessado em 05/07/2015.

ELSON, Anthony. Dragons among the iguanas. Finance & Development, December 2014, Vol. 51, nº 4

GRUSS, Bertrand; BASTOS, Fabiano R. De olho no dragão: a América Latina e sua exposição à China. Washington: International Monetary Fund, 2014. Disponível em: <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/blog/2014/111014p.pdf>. Acessado em 06/07/2015.

PINI, André M. A cúpula Celac-China: interesses estratégicos em jogo. Boletim Mundorama, 07/02/2015. Disponível em: <http://mundorama.net/2015/02/07/a-cupula-celac-china-interesses-estrategicos-em-jogo-por-andre-mendes-pini/> Acessado em 25/09/2015.

PIRES, Marcos C.; SANTILLÁN, Gustavo E. Reflexões sobre a relação China e América Latina. In Serin, A; Martínéz, L; Ramanzini Junior, H (Coord). Anuário de Integración Regional de America Latina y el Caribe, nº 10, Ano 2014. Coordinadora de

Investigaciones Económicas y Sociales. Disponível em <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2014/11/13-Cordeiro-Santillan.pdf>. Acessado em 28/06/2015.

RAY, Rebecca; GALLAGHER, Kevin. China-Latin America Economic Bulletin 2015 Edition. Global Economic Governance Initiative. Discussion Paper 2015-9. Disponível em: <http://www.bu.edu/pardeeschool/files/2015/02/Economic-Bulletin-2015.pdf>

ROSALES, Osvaldo; Kuwayama, Mikio. China y América Latina y el Caribe. Hacia una relación económica y comercial estratégica. Santiago: CEPAL, 2012.

SHIXUE, Jiang. Una mirada china a las relaciones con América Latina. Nueva Sociedad, 203, mayo/junio 2006.

UNITED NATIONS. Chinese Foreign Direct Investment in Latin American and the Caribbean. China-Latin America cross-council taskforce. Abu Dhabi, 18-20 November, 2013

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. Rev. Sociol. Polit. Vol.19 supl.1 Curitiba, Nov. 2011

WEN, Jiabao (2012). Para Siempre Amigos de Confianza Mutua. Disponível em: www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/t945730.htm. Acessado em 05/07/2015.